

COMPLEMENTO DA APOSTILA DE PROFESSOR MUNICIPAL DE SP

BIBLIOGRAFIA GERAL - Cód.: 0715

MELLO, GUIOMAR NAMO DE. EDUCAÇÃO ESCOLAR BRASILEIRA O QUE TROUXEMOS PARA O SÉCULO XX? PORTO ALEGRE, ARTMED, 2004 – PARTE II – GESTÃO PEDAGÓGICA

A partir de 1988, com a Constituição e a partir das reformas no início do ano de 1980, onde pontos significativos foram a DESCENTRALIZAÇÃO E DESCONCENTRAÇÃO, Estados e Municípios estabeleceram colaboração, aumentou a participação dos professores, alunos e comunidade, gerando assim uma certa autonomia na vida escolar. A partir de 1990 e com a promulgação da LDB houve o regime das preocupações no âmbito pedagógico; surge a liberdade e responsabilidade nas escolas podendo elaborar sua proposta pedagógica. A partir daí o ênfase maior é do direito de aprender, e para que isso ocorra, é necessário o desenvolvimento de competências por parte do alunado, visando sua inserção no mundo da prática social e do trabalho.

A interdisciplinaridade e a contextualização são paradigmas pedagógicos estabelecidos através dessas transformações. É necessário educar para a vida, com a contribuição de um conteúdo aplicável e a construção de uma proposta pedagógica que coletivamente discutida deve garantir:

- analisar e compreender os princípios e os conceitos curriculares na LDB, nas DIRETRIZES e nos PCNs.;
- ter uma nova reflexão sobre a prática pedagógica;
- planejar ações e intenções;

A proposta pedagógica é um processo permanente onde se articulam: intenções, conteúdos curriculares e competências, meios e recursos físicos, financeiros e didáticos e de forma continuada educação para a equipe escolar.

As intenções devem considerar: o significado do trabalho; quais competências preparam para a cidadania e o trabalho e quais conteúdos para essas competências. Segundo a autora são concretizadas no currículo aprendido e ensinado, é necessário serem incorporadas à prática, articulando espaço, tempo, ritmos, recursos humanos e materiais, e nesse complexo contexto que a proposta pedagógica deverá se harmonizar prevendo os diferentes ritmos de nossos alunos, atendendo as necessidades de nossos alunos, incentivando a criação e a produção de soluções, isso é: mobilizar as competências do aluno e competências do professor.

O que são competências na participação produtiva do século XXI? No ensino fundamental o domínio da leitura e da escrita, desenvolver capacidades inerentes à matemática, contextos sociais, meios de comunicação, informações, decisões e outros. Já no ensino médio, dominar as formas cultas da língua portuguesa e fazer uso das linguagens matemáticas, artísticas, científicas, construindo e aplicando conceitos, selecionando, organizando, relacionando e recorrendo aos conhecimentos desenvolvidos na escola, respeitando valores humanos e as diversidades. Cabe ao professor ser mediador e transformar o conhecimento científico em conhecimento escolar.

A construção comprometida da proposta curricular requer três momentos:

- a) A reflexão: leitura, discussão coletiva dos artigos da LDB e das Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino

Fundamental e Médio; compreensão do paradigma curricular;

b) O diagnóstico: analisar e diagnosticar ações desenvolvidas pela escola, pelo professor na sala de aula e nos projetos;

c) A ação: subdividida em quatro aspectos importantes no diagnóstico: a escola, a prática que a escola desenvolve, a forma de organização e convivência no interior da escola e os resultados de aprendizagem. Importante considerar: a diversidade local, conhecendo o público alvo, usando o seu potencial, seus pontos fortes e fracos para promover a aprendizagem, aproveitando as oportunidades oferecidas de acordo com as características, fazendo a interação da escola e comunidade, para que haja um reforço nesse processo de aprendizagem; Para compreensão da prática pedagógica é necessário ajustes, reflexão, análise, diagnóstico e as relações, tais como: perfil do cidadão, aprendizagem, conteúdos e metodologias, recursos didáticos, organização curricular e conceitos avaliativos.

Necessita-se citar as gestões de tempo, espaços e recursos para compreensão da organização e formas de convivência. O direcionamento dessas gestões deve favorecer formas de convivência, visto que trabalhamos com as diferenças de gênero, cor, religião, etc., acolhendo e respeitando os anseios e expectativas, as diversidades culturais, incentivando a expressão de idéias e promovendo o protagonismo infantil e juvenil.

O planejamento em ação é a preparação das bases para que o sonho se torne real; reflexo de nossas intenções e ações, onde os fins educativos são: a missão da escola, perfil de valorização da cidadania e o padrão de qualidade de ensino que se deseja, sendo alguns tópicos indispensáveis como: relevância dos conhecimentos, contextos significativos, relação das competências e seleção dos conteúdos, regras, critérios e procedimentos relativos a tempo, espaço e tipo de didática, melhoria física das instalações e mobiliário.

Os projetos e outras atividades alternativas são significativas nesse contexto de demandas globalizado e repleto de tecnologias, onde o importante a se considerar é que os projetos e atividades devem ter sentido e significado para o aluno. Projetos acontecem partindo do protagonismo dos interesses dos alunos, onde devemos discutir, selecionar estratégias, investigar, desenvolver planos, examinando, representando e levantando-se questões ou relações com os temas, sem serem fixas e garantindo a contextualização, a interdisciplinaridade, os trabalhos em equipe, o professor como mediador e dando ênfase na avaliação como instrumento de reconstrução e apreensão do conhecimento.

A competência não é um conceito novo, sendo a apreensão da aprendizagem, caracterizando-se como a capacidade de mobilização dos conhecimentos, valores, decisão na ação de modo pertinente em uma situação determinada, acrescentando-se ainda: a peculiaridade da decisão e experiência, constituída na situação, ou seja, é possível que aprendam como, quando e para que se ve o conhecimento, assim como em que momento aplicá-lo.

No conceito das competências há um currículo cujo objetivo não é ensinar, e sim, aprender.

Essa mudança de foco deve-se ao fato de que ela surge da expressão "educar para a vida". Se a educação básica é para a vida, a qualidade e quantidade devem determinar por sua relevância, para a vida atual e futura,

ultrapassando os limites da escola. A organização do ensino brasileiro do ponto de vista pedagógico, quanto o político educacional, diz respeito à garantia da igualdade com o currículo baseado em competências, o que representa um patamar diferente, o qual o que importa é o direito de aprender. Necessita-se de uma transposição didática, que é ensinar o conhecimento levando-o à necessidade de modificá-lo, na busca de uma inter-comunicação efetiva entre as disciplinas, enriquecendo suas relações e contextualizações, para a construção de significações.

O contexto pode ser definido em três categorias: a vida pessoal e cotidiana dos alunos, a sociedade e o mundo, o ato de descobrir ou produzir conhecimentos, podendo ser reproduzidos ou simulados. Caberá ao professor estabelecer as relações entre os conceitos apresentados, construindo sua própria competência sobre o assunto.

Mello destaca que nas competências mobilizadas pelo professor para a elaboração da transposição didática, pode-se citar: relacionar conteúdos das disciplinas, articulando contribuições de outras disciplinas ou áreas, novas tecnologias e linguagens, planejar e realizar situações didáticas, aplicar a contextualização dos conteúdos, selecionar contextos, abordagens e problemas pertinentes a cada disciplina, utilizar modos flexíveis e diferentes de organização de tempo, trabalhar com diferentes estratégias de aprendizagens, assim como de avaliação. Toda transposição torna-se evidente quando se analisam as características da situação proposta.

Quanto ao livro didático, permite o controle e participação significativa de conteúdo acessível ao aluno. Está assim interligado à organização curricular:

- a) no ensino fundamental, organizado por série, começando com uma cartilha de alfabetização;
 - b) a partir da quinta série do ensino fundamental e até terceira série do ensino médio, organizado por disciplina;
- Com a criação do Salário-Educação e da Fundação de Assistência ao estudante, essa política significou: provisão do livro didático obrigatório nas quatro séries iniciais, no início dos anos 60, o fortalecimento dos estados para seleção, licitação e distribuição do livro, no final dos anos 60, essa centralização passou para Brasília; estabeleceu-se uma matriz associativa do setor privado para a produção e distribuição dos livros. No início dos anos 90, com a total aquisição centrada em Brasília, acarretou controle de preço, grande atraso na entrega, entre outros. Atualmente há uma política mais coerente, preocupada com a qualidade no ensino obrigatório, que vêm descentralizando decisões e recursos.

Não adianta reescrever os livros para estarem em perfeita ressonância com as novas orientações. É preciso sim, rever o conceito do livro didático, que não pode ser concebido com um conjunto de informações ou conceitos, mas sim, buscando novos modelos mais próximos dos guias de aprendizagem, as próprias editoras devem estudar alternativas de materiais integrados e diversificados.

É PRECISO PENSAR DE FORMA MAIS INTEGRADA AS NECESSIDADES DO CONJUNTO DOS COMPONENTES DA EDUCAÇÃO ESCOLAR.